

# **O GLOBO** **Risco para** 3 SET 1993 *Economia - Brasil* **a ordem pública**

**O GLOBO**

SOMOS um país em que há várias décadas não se combate a inflação. Tentou-se apenas conter a sua aceleração, chegando-se ao absurdo de apregoar como êxito a manutenção da velocidade média de 1% ao dia.

ESSA conduta tem sido justificada pelo argumento de que a contenção deverá ser gradativa pois, caso contrário, exigirá o incremento da recessão.

A VERDADE é que sucessivos déficits orçamentários e o levantamento de recursos internacionais assumidos para investimentos redundaram — é justo que se reconheça — na montagem de um admirável parque industrial e de uma impressionante infra-estrutura de energia, transporte e comunicações, mas, por outro lado, resultaram num endividamento externo e numa dívida interna cujo tratamento pelo Banco Central vem constituindo a causa primordial da inflação.

A DÍVIDA interna vem sendo acrescida por emissões de títulos do Tesouro para complementar, em cada exercício anual, o pagamento das despesas de custeio e de investimentos governamentais. Dessa maneira, o país passou a ter dois orçamentos, um ajustado entre o Executivo e o Congresso; e outro, entre o Banco Central e o mercado financeiro.

COM o tempo, os novos títulos leiloados para pagamento dos anteriores que se venciam aceleraram o crescimento da taxa de juros e, além disso, diminuíram-se os prazos de vencimento até lhes assegurar liquidez imediata, de modo que passaram a constituir uma nova moeda, a moeda do capital que diariamente se valoriza, enquanto a moeda do salário diariamente se deprecia.

O SISTEMA financeiro, por outro lado, criou uma rede de fundos e contas remuneradas transferindo-lhes, após recolher a sua taxa de intermediação, as vantagens de uma valorização mensal que cobre a inflação e assegura um lucro real.

COMO nenhum outro negócio pode apresentar condições de rentabilidade comparáveis, as empresas se sentiram obrigadas a restringir a sua produção e a oferta de empregos, para aplicar seu capital de giro nos papéis do mercado.

ESSA estrutura enseja ocultar-se, num labirinto de obscuras operações financeiras, o funcionamento de uma economia marginal que possibilita a milhões de depositantes "fantasmas" a obtenção de CPF provisório, instaurando a prática da sonegação fiscal e lavagem de dinheiro resultante de atos de corrupção e outros crimes, num nível que nos envergonha e deprime.

ALÉM da dívida interna, a necessidade de se honrar os compromissos do endividamento externo constitui ponderável fator de pressão inflacionária.

CHEGAMOS assim à estarrecedora conclusão de que o país se endividou para enriquecer a sua estrutura de produção e apenas enriquece uma parcela de cerca de 10% da população, resguardada pela ciranda financeira.

QUANTO à grande maioria do povo, o endividamento público impõe-lhe a deterioração crescente do padrão de sua existência e da família, enquanto 30% vegetam em condições de miséria absoluta.

DESDE 1990, em editorial de 16 de fevereiro, reclamávamos mudanças eficazes para abater a inflação, acabar a especulação, abrir a economia brasileira para integrá-la no mundo e submetê-la aos desafios do desempenho.

EXIGÍAMOS, refletindo os legítimos anseios nacionais, o abandono da retórica terceiro-mundista, para nos lançarmos na aventura do alinhamento entre os países do Primeiro Mundo. Ao mesmo tempo em que se nos deparava a inadiável exigência de se corrigir a nossa estrutura financeira, aponávamos a necessidade de se processar a integração da sociedade brasileira, dramaticamente dividida entre ricos e pobres cada vez mais imersos na miséria.

RENOVA-SE, neste momento, uma tensa expectativa de "pacotes" dando continuidade à sequência de medidas adotadas entre 1981 e 1991: oito programas de estabilização, 15 políticas salariais, 54 controles de preços, 18 políticas cambiais, 21 propostas de renegociação da dívida externa, 11 índices de inflação diferentes, cinco congelamentos de preços e salários, 18 determinações de cortes de gastos. Todas essas medidas redundaram em fracasso. Não é cabível a sua repetição.

ITAMAR FRANCO, que recebeu esse legado de erros de administrações anteriores, denunciou-o desde a primeira hora, consciente de que o seu curto prazo de governo não lhe permitia ser pequeno em suas decisões.

A CONVOCAÇÃO de Fernando Henrique Cardoso para enfrentar o problema consolida a confiança nacional que o credencia a implementar uma inadiável e corajosa correção de rumos.

ESSA correção deverá iniciar-se por um diálogo não apenas entre técnicos e burocratas em seus gabinetes, mas com a participação de todos os segmentos responsáveis, no levantamento das verdadeiras causas que determinam a manutenção da cultura inflacionária e do contingente de colaboração que caberá a cada um assumir.

A ESTABILIDADE financeira e a distribuição mais justa da renda só poderão resultar da distribuição mais justa de sacrifícios.

NÃO existe outra alternativa. Nem há como adiá-la, sem risco para a ordem pública.

*Economia Brasil*  
077  
Reportagem 0184